

# LV 30 anos

DESDE 1988 AO LADO DOS TRABALHADORES



INTERCEL | INTERSUL | JORNAL LINHA VIVA Nº 1458 - 27 DE JUNHO DE 2019

# GREVE



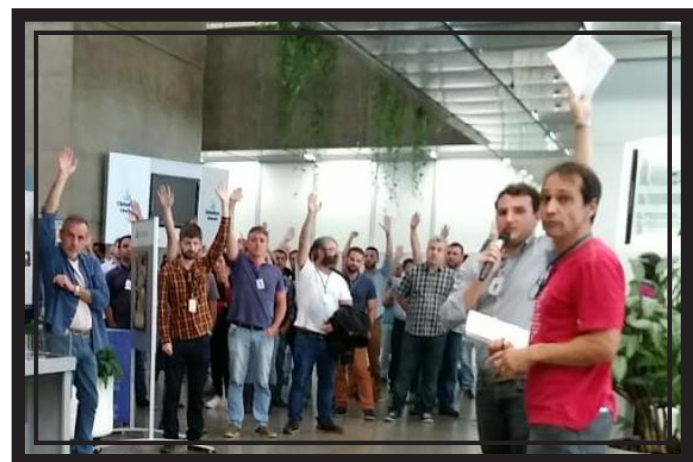
*Governo intransigente  
leva eletricitários  
à greve por tempo  
indeterminado*



## GOVERNO INTRANSIGENTE LEVA ELETRICITÁRIOS À GREVE POR TEMPO INDETERMINADO

*Trabalhadores ainda tentam evitar greve com pedido de mediação no TST*

A postura truculenta do Governo Federal, perseguindo movimentos sociais e caçando direitos dos trabalhadores, está impactando as negociações dos Acordos Coletivos de Trabalho. meio da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), o Governo está orientando as Empresas a impor restrições nas negociações. Na Eletrobras do Sr. Pinto Junior isso fica muito mais evidente pela intransigência da Diretoria da Empresa, que se apoia nas orientações da SEST para manter sua proposta de ACT com redução de garantias, redução de direitos, e ataque à organização sindical. Diante do impasse, os Sindicatos do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), e da Intersul por sua vez, realizaram assembleias nos dias 24 e 25 de junho em todo o Brasil. As assembleias deliberaram pela Greve por tempo indeterminado a partir de 01/07/2019, caso seja frustrada a tentativa de resolução do conflito na Audiência de Mediação do dia 26/06/2019, promovida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) a pedido dos eletricitários. A conciliação no TST é a última possibilidade de evitar uma greve que não é desejada nem pelos trabalhadores e muito menos pela sociedade. Tudo que os trabalhadores eletricitários querem é garantir as conquistas históricas, salários e benefícios justos e o fim do ataque às suas entidades representativas. Por estas razões,



os sindicatos já emitiram comunicados à empresa e à sociedade informando a decisão das assembleias, mas ainda aguardam esperançosos que as demais partes envolvidas, governo e direção das empresas, tomem consciência de suas responsabilidades e ajam de maneira condizente para evitar o conflito. De qualquer maneira, os sindicatos também já manifestaram que serão mantidos os serviços essenciais à população, caso a greve se confirme, e estão à disposição das direções das empresas para tratar das formas de manutenção destes serviços, pois a população não deve sofrer as consequências da intransigência dos governantes e administradores das empresas.

### PRIVATARIA

## POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÕES DEIXA ARGENTINA E URUGUAI NO ESCURO

*Com sistema elétrico privado, Argentina é espelho dos riscos da privatização no Brasil*

A privatização do sistema elétrico é o fim da energia como um bem público. Em tempos de retomada de políticas neoliberais e da privatização do patrimônio público brasileiro, os países vizinhos demonstram o caos que a condução das políticas energéticas que priorizam o lucro trazem para a sociedade.

No dia 16 deste mês, uma falha no sistema elétrico Argentino deixou o país inteiro sem energia. Além disso, o apagão atingiu também Uruguai e partes do Chile. A Secretaria de Energia da Argentina emitiu um comunicado

confirmando o apagão em toda Argentina e Uruguai.

O setor elétrico argentino foi totalmente privatizado durante a década de 90, num movimento semelhante ao ocorrido no Brasil. Após um breve período, a retomada de políticas neoliberais trouxe diversos prejuízos aos "hermanos". Com a eleição de Mauricio Macri, as tarifas de energia deixaram de serem subsidiadas pelo Governo, causando uma inflação de aproximadamente 700%. A inflação total do país gira em torno de 50%, com 3 milhões de pessoas na linha da pobreza.

O que acontece na Argentina é um laboratório para o Brasil. As políticas implementadas após o golpe de 2016 visam à destruição do patrimônio público, a privatização de todas as estatais, impondo grandes perdas ao povo brasileiro. Se na década de 90 o Brasil já sofreu com os apagões de FHC, a proposta de privatização da Eletrobras e de todas as (poucas) distribuidoras públicas que restaram - como a Celesc - encaminhada pelo Governo Federal, acentuará a precarização dos serviços prestados ao povo, aumentando o lucro dos acionistas.

# FRENTE PARLAMENTAR INCENTIVA PRIVATIZAÇÕES

*Com discurso neoliberal, seis Deputados catarinenses criam coletivo parlamentar-empresarial para defender o livre comércio e o fim das estatais*

Lançada pelo Deputado Estadual Bruno Souza (sem partido), uma Frente Parlamentar ameaça as empresas públicas catarinenses. Criada para promover o livre mercado e a desburocratização do Estado, a Frente Parlamentar prevê em um dos seus pontos que os deputados devem "defender e votar a favor de privatizações e desestatizações, pela compreensão que o estado não deve realizar exploração da atividade econômica". De acordo com a Assessoria da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), a proposta de Bruno Souza também foi assinada pelos Deputados Sérgio Motta (PRB), Nilso Berlanda (PL), Jessé Lopes (PSL), Coronel Mocelin (PSL) e Felipe Estevão (PSL). A Deputada Paulinha (PDT) assinou a proposta, mas enviou carta solicitando a retirada de seu nome da Frente por não concordar com o item que apoia as privatizações. Em release enviado pela Alesc, a Frente é descrita como uma iniciativa para "reforçar a liberdade econômica através de um trabalho em conjunto com as entidades, associações e classes empresariais". O texto ainda cita que a primeira reunião, a ser realizada no dia 16 de julho, contará com a participação do Secretário Geral de desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Weber. Dos deputados que compõe a Frente Parlamentar, chama a atenção a incoerência do Deputado Sérgio Motta, uma vez

que faz parte da Frente Parlamentar pelo Fortalecimento das Empresas Públicas, coordenada pelo Deputado Fabiano da LUZ (PT), que organizou a Audiência Pública.

A proposta da Frente Parlamentar se baseia em um discurso muito em voga no Brasil: aquele que identifica o estado como grande problema do país. Esse dito discurso liberal taxa empresas públicas e seus trabalhadores como corruptos que perseguem os heróis do povo brasileiro: os empresários. A própria frente parlamentar criada por Bruno Souza repercute essa ideia, ao relatar, em seu item 7, a intenção de "possuir sempre presunção de inocência para com o gerador de riquezas da sociedade". Aliado ao discurso do estado mau, essa proposta ideológica busca consolidar o golpe contra os trabalhadores, esquecendo-se convenientemente das inúmeras corrupções empresariais privadas, que parasitariamente sugam o estado no papel de corruptoras. Isso quer dizer, em palavras simples, que se existe um agente corruptor no estado, existe também um agente corruptor na iniciativa privada que lucra muito com esse processo.

Este mesmo discurso foi base de ataques aos direitos dos trabalhadores. A liberação da terceirização irrestrita faz parte deste processo, afirmando que a exploração da mão de obra e sua exposição a riscos de saúde e segurança não passa de uma for-



ma de tornar as empresas brasileiras competitivas no mercado internacional. Nesse mesmo sentido, a destruição das leis trabalhistas foi aprovada por deputados e senadores, com a justificativa de que com menos direitos seriam criados novos empregos. A realidade, no entanto, mostra um aumento de informalidade e o crescimento do desemprego, uma vez que as empresas apenas acumulam lucros com a desgraça do trabalhador.

Ao manifestar o objetivo de trabalhar pela pri-

vatização das empresas públicas, a Frente Parlamentar vai contra a percepção da sociedade catarinense, que repetidas vezes tem elegido a Celesc como uma das melhores distribuidoras de energia elétrica do Brasil e da América Latina. Motor do desenvolvimento social e econômico do Estado, a empresa deve ser defendida e seu caráter público mantido, trabalhando para que a energia não seja apenas uma mercadoria, mas sim um bem público acessível a todos.

### CELESC

## SEMINÁRIOS REGIONAIS SEGUEM DANDO OPORTUNIDADE PARA CELESQUIANOS CONSTRUIREM A EMPRESA PÚBLICA

*Debates contribuem com uma gestão que respeite seus empregados e a sociedade catarinense*



Os Seminários Regionais dos trabalhadores da Celesc entram em sua reta final. Com 14 encontros realizados, os eventos continuam a oportunizar aos trabalhadores a exercerem a gestão participativa, analisando e indicando caminhos para a gestão da empresa, organização dos sindicatos da Intercel e representação dos empregados no Conselho de Administração.

Os Seminários Regionais concluem a experiência participativa na próxima semana, com a realização do debate nas Agências Regionais de Joaçaba e Videira, nos dias 2 e 3 de julho.

# CUTUCADA

## A CELESC NÃO ESQUECEU O CAMINHO PARA A ALESC

A Celesc não esqueceu o caminho que leva à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). Na última semana, a empresa esteve junto aos Deputados para receber um prêmio por projetos de erradicação do trabalho infantil. O trabalho social da empresa é fundamental para aquilo que consideramos o papel de uma empresa pública: contribuir com o desenvolvimento de uma sociedade justa. É importante parabenizar o trabalho empregados da responsabilidade social, que conduzem este importante processo, aproximando a Celesc da sociedade.

Mas não dá para deixar de lamentar a seletividade da Diretoria. Afinal de contas, também é papel da empresa pública debater com a sociedade e com os trabalhadores as condições para prestação de um serviço de qualidade e os riscos de privatização. A diretoria da empresa teve uma grande oportunidade de conversar com trabalhadores, parlamentares, movimentos sociais, entidades empresariais e vários atores sociais de nosso estado, mas não foi na Audiência Pública realizada em abril. Lá, esqueceu o caminho.

### EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina - INTERCEL e da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil - INTERSUL

Journalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 34/89/SC) | Conselho Editorial: João Roberto Maciel  
Rua Max Collin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | E-mail: sindsc@terra.com.br

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

# DIA INTERNACIONAL DO ORGULHO GAY

*O que nossas empresas estão fazendo no combate ao preconceito?*

Junho é conhecido como o mês do orgulho LGBT. Mas você sabe o porquê de um mês inteiro dedicado à luta contra o preconceito e a reivindicação de direitos? Tudo começou há 50 anos, em 28 de junho de 1969, quando um grupo de gays em Nova York resolveu lutar contra a violência policial sofrida pelos homossexuais, no episódio conhecido como revolta de Stonewall – nome do bar em que se deu o evento e que ganhou forte apoio da população local. Por conta desta revolta nesta data, 28 de junho passou a ser considerado o Dia Internacional do Orgulho Gay. Mas, afinal, porque discutir isso num jornal na categoria d@s eletricitári@s? Se já não bastasse o mercado de trabalho ser muito mais fechado e cruel para a comunidade LGBT, com empresas muitas vezes se recusando a contratar homossexuais com medo de que a imagem da companhia fique associada àquele funcionário, ainda há o preconceito dentro do ambiente de trabalho. De acordo com pesquisa do instituto Plata

o Plomo, a comunidade LGBT representa 8,7% da população brasileira (números de 2018). Um dado da pesquisa impressiona: o Brasil lidera o índice de homofobia no mercado de trabalho. Enquanto na Austrália, 50% dos entrevistados já viu ou ouviu algum tipo de homofobia no ambiente de trabalho, no Brasil este índice é de 68%. Além disso, ainda de acordo com a pesquisa, 61% dos funcionários LGBT no Brasil optam por esconder sua homossexualidade, com medo da reação de colegas e gestores. O que nossas empresas estão fazendo para tornar o ambiente de trabalho menos hostil a este público? O instituto Ethos elaborou uma série de recomendações para a promoção dos direitos LGBT pelas empresas. Entre eles, a elaboração de um diagnóstico da situação para a alta liderança da empresa, ouvindo e dando voz a organizações não governamentais e governamentais representativas ou que atuem no tema. Ethos ainda indica: a construção de um posicionamento da liderança da

empresa para lidar com o tema e promover os direitos LGBT, um plano de ação que possa ser compartilhado inclusive com stakeholders (parceiros) internos e externos, além de um censo inserido dentro de um programa de valorização da diversidade, no qual a empresa já tenha demonstrado suas intenções e se comprometido com a promoção de direitos e não ao preconceito. A criação de canais internos de denúncia e reclamações também é bem vinda. Por fim, nas recomendações do instituto ainda estão: as práticas de sensibilização para o tema, a inserção de fato na comunidade interna e a produção de cartilhas que valorizem a diversidade e o respeito são algumas das recomendações do instituto Ethos. E isso é só o começo. Os sindicatos que compõem a Intercel e a Intersul também reafirmam seu compromisso com a promoção e o respeito à diversidade e se colocam à disposição das empresas e trabalhador@s para auxiliar nesse processo. E viva o respeito e a diversidade!

